

Ensino de inglês como língua franca: uma reflexão

Michele Ribeiro SALLES
Telma GIMENEZ

Resumo: Ao tratarmos do ensino da língua inglesa, torna-se imprescindível discutir as implicações de se concebê-la como língua franca, especialmente no que diz respeito a uma política educacional linguística mais igualitária. Neste artigo nos propomos a promover uma reflexão sobre o atual status da língua inglesa em meio às mudanças dos novos padrões de comunicação que clamam por redefinições de objetivos para seu ensino. Para isso, apresentamos opiniões de pesquisadores da área, objetivando contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel de formadores e professores dessa língua estrangeira.

Palavras Chave: ensino de inglês, língua franca, política linguística.

Abstract: When it comes to English language teaching, it becomes indispensable to discuss the implications of conceiving it as a lingua franca, specially when it is about a linguistic educational policy with more equality. Our purpose in this article is to forge thinking about the current status of the English language within the changes of the new patterns of communication that claim for redefinitions of objectives to its teaching. In order to do so, we present researcher's opinions on the field, aiming to contribute to a critical thinking about the role of Teachers and Teachers Educators of this language.

Key-words English teaching, lingua franca, linguistic policy.

Introdução

A notável expansão do inglês no mundo e seu uso via comunicação internacional nas últimas décadas - especialmente por falantes não-nativos- vêm trazendo novos desafios, preocupações e expectativas. A língua inglesa vem sendo usada por mais pessoas e com mais objetivos que nunca. Fatores como demografia, tecnologia, economia e cultura em contexto global afetam o uso dessa língua e, simultaneamente, são afetados por ela. Graddol (2006, p. 20) cita alguns desses fatores: 'outsourcing', o aumento da classe média no mundo todo, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação como a Internet, a redistribuição da pobreza, a natureza mutante e de controle da mídia, e reformas educacionais em vários países do mundo.

As mudanças decorrentes desses fatores vêm acelerando cada vez mais mudanças na nova posição do inglês, que tem sido visto como um novo fenômeno capaz de alterar até mesmo a ordem linguística mundial: países como Índia e China - que vêm demonstrando grande desenvolvimento econômico - podem ter grande impacto no uso do inglês global. Graddol (2006) acredita que:

"We are rapidly shifting to a completely new social, economic and political order and with it a new world order in languages. English is proving to be a key part of this process. On the one hand, the availability of English as a global language is accelerating globalization. On the other hand, the globalization is accelerating the use of English." (p. 22).

Além disso, a transição de falantes de inglês de língua estrangeira para segunda língua vem crescendo tão rapidamente, que já se pode esperar um grande número de variedades linguísticas. Falantes não nativos também serão em número maior que falantes nativos, dando espaço ao chamado “World English”. McKay (2003) sustenta a ideia de que essas mudanças desafiam a visão de ensino de inglês como língua estrangeira por este modelo privilegiar aspectos que já não atendem às necessidades atuais.

No conceito de língua estrangeira, o falante nativo é visto como o modelo ideal a ser seguido; há o privilégio do ensino da cultura dos países que falam o inglês como língua materna e o ensino de gramática e pronúncia são os focos principais. No entanto, outros fatores da vida moderna exigem novas habilidades e conhecimentos. A globalização econômica trouxe a necessidade de uma língua global comum que pudesse facilitar o contato entre os vários falantes de diferentes línguas maternas, a exemplo do que já acontecia em ex-colônias como a Índia, onde o inglês exerce o papel de língua franca.

Esse novo status implica várias mudanças. Por exemplo, a comunicabilidade é mais importante do que a similaridade com o falante nativo. O conceito de cultura requer revisão, já que não se pode atrelá-la a fatos e acontecimentos dos países onde a língua é falada como primeira língua. É a chance de se usar o inglês para as necessidades da vida moderna sem perder a identidade nacional. Canagarajah (1999) acredita na ideia de se aprender a língua e utilizá-la apenas para fins específicos, sem rejeitar os próprios valores.

Assim, pesquisas na área indicam como a língua inglesa vem se diferenciando das outras línguas e como esta vem perdendo seu caráter de língua estrangeira para se tornar uma língua franca, questão esta debatida no contexto brasileiro por autores como Rajagopalan (2005) Gimenez (1999), Jordão (2004) e Moita Lopes (2005). Para professores de inglês este se torna um tema relevante, pois é preciso levar em conta as consequências dessas mudanças para o trabalho em sala de aula.

O futuro do inglês é imprevisível. Entretanto, as mudanças que estão ocorrendo em escala mundial e que já fazem parte do cotidiano dos brasileiros vêm por delinear e exigir um novo conceito de língua e uma redefinição dos objetivos e abordagens que estão sendo usados para seu ensino. A expansão da internet, o amplo uso do MSN, o movimento das pessoas, o baixo custo da tecnologia, a globalização, a expansão da TV a cabo e por assinatura, a maneira de comércio das empresas transnacionais e o crescente número de falantes não nativos de inglês são os principais exemplos de que o ensino deste como língua estrangeira e seu currículo já não atingem os objetivos exigidos pela nova ordem mundial.

As novas formas de exploração econômica exigem pessoas com conhecimentos flexíveis e amplos, que sejam capazes de se adaptar às rápidas mudanças que aconteceram e que estão por acontecer. E o inglês faz parte dessa mudança. Segundo Graddol (2006), o inglês está redefinindo as identidades nacionais e criando novos padrões de riqueza e de exclusão social. Desse modo, ele tem que fazer parte da educação básica do indivíduo para que este não seja excluído socialmente.

A expansão do inglês e suas implicações para o ensino e para a sociedade tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores da nossa área (e.g. JENKINS (2006), RAJAGOPALAN (2005), BRAINE (2005), PENNYCOOK (2004), GIMENEZ (2006)). A principal preocupação que permeia a maioria das pesquisas está relacionada aos contextos social e educacional. No contexto social, os autores afirmam que a expansão desenfreada do inglês pode salientar as diferenças entre as classes sociais e acirrar a pobreza. No contexto

educacional, o ensino de cultura, pronúncia e itens gramaticais já não suprem as habilidades exigidas para se falar inglês em um mundo globalizado.

Assim, este artigo se propõe a promover uma reflexão do atual status da língua inglesa em meio ao contexto sócio-histórico em que está situada e a discutir as implicações para o ensino de se conceber o inglês como língua franca. Para isso, apresentamos opiniões de pesquisadores da área sobre o assunto.

1. Inglês como língua franca: aspectos sociais

Pennycook (2004) afirma que o inglês funciona como uma barreira para posições de prestígio na sociedade e salienta que ele tem se tornado um dos meios mais poderosos de inclusão ou exclusão das posições sociais, do mercado de trabalho e do setor educacional. É por exemplo, o caso da Índia, - exemplo citado pelo autor – onde o inglês é a segunda língua e mesmo assim é uma língua para poucos: a grande massa populacional não fala inglês e não consegue participar dos assuntos políticos e nem ler os jornais, o que se torna mais que conveniente para os políticos. Essa inacessibilidade de informação causada pelo uso da língua inglesa acaba realmente por ressaltar as diferenças sociais e pode ser notada tanto nas relações de nível pessoal quanto nas relações acadêmicas e internacionais.

Nas relações acadêmicas, o autor afirma que:

“... the predominance of English has profound consequences. A large proportion of textbooks in the world are published in English and designed either for internal English-speaking market (UK, United States, Australia, etc..) or for an international market. In both cases, students around the world are not only obliged to reach a high level of competence in English to pursue their studies, but they are also dependent on forms of Western knowledge that are of limited value and of extreme inappropriacy to the local context.” (p. 21)

Na política internacional, Pennycook (2004) cita Pattanayak (1986) porque esta argumenta que as políticas de planejamento linguístico nos países subdesenvolvidos normalmente são inapropriadas e destrutivas uma vez que são baseadas em ideias desenvolvidas por uma elite educada em inglês, que acaba favorecendo novamente as classes mais abastadas.

Gimenez (2006) também acredita na ideia de que o inglês esteja criando novos padrões de riqueza e de exclusão e advoga que este pode impor caminhos tanto opressivos quanto libertadores. A autora salienta que os que não souberem inglês poderão ser (de modo preocupante) excluídos de participação em nível global.

Outro efeito da expansão do inglês tem sido o acirramento das relações de poder. O inglês tem sido usado em vários setores como uma forma de estabelecimento de prestígio.

No contexto brasileiro, Rajagopalan (2005) acredita que o inglês se tornou um símbolo ambíguo na mente dos brasileiros e que este traz consequências positivas e negativas. De um lado,

“...It is part and parcel of daily-lived reality, appearing on billboards and neon signs, in shop windows and newspaper and magazines ads, and in more restricted discursive spheres, such as information technology and electronic commerce. Most middle – and upper class Brazilians know that their children must acquire an adequate command of English or they run the risk of missing out on opportunities for the better paid jobs offered by multinational corporations.” (p. 3)

Por outro lado,

“Massive borrowing from English into Portuguese, the country’s official language – (...)has understandably fomented worries in some sector of intelligentsia about the capacity of the vernacular to withstand what is perceived by many as a systematic onslaught on its integrity and long-term survival.” (p. 3)

A presença da língua inglesa no Brasil é cada vez maior e pode ser notada diariamente em todos os setores da sociedade: nos nomes de lojas, produtos, propagandas, camisetas e músicas. O inglês se tornou uma *commodity* no Brasil “*um produto que se vende como nunca*” (Rajagopalan, op. cit, - p. 6). Cada vez mais e mais é notável o crescimento de institutos privados, materiais, empréstimos linguísticos e todo tipo de produtos em inglês. Isto porque como na maioria dos países, a língua inglesa no Brasil também é vista como sinônimo de poder e prestígio social, sendo assim almejada por todos. Paiva (1999) defende:

“Learning English in Brazil is seen as a mean of ascending in the social pyramid since the language has been seen as symbol of status, power, prestige, culture and technological development. Borrowing words from English more accurately reflects our need to be identified with a politically and economically strong society than it does the need to name new objects and concepts.” (pag. 330)

Assim, a língua inglesa também funciona no Brasil como um fator que contribui para as diferenças entre as classes sociais. As classes mais favorecidas, que normalmente possuem maior acesso à língua inglesa, são os únicos beneficiados, pois acabam por conseguir os melhores empregos e usam a língua como distintivo da camada popular, como muito bem salientado por Paiva (op. cit):

“Members of the Brazilian economic and intellectual elite use of English words as a strategic to differentiate themselves from the popular classes. (p.327).

“... the upper classes in Brazil are responsible for linguistic innovation on the level of lexical borrowing. Their use of English words also functions as an ideological tool which, highlighting social class differences...” (p. 326)

“... By using language heavy in English language signs, members of the elite cement the boundaries of their social space and display their symbolic strength. At the same time, those speakers who pepper their spoken Portuguese with English words exhibit a certain fascination for the colonizer and also of submission to the symbolic violence they perpetuate...” (p. 327)

Dessa forma, para a periferia, a língua inglesa é constantemente associada com esse valor de prestígio e poder, o que explica o massivo uso de camisetas com dizeres em inglês sem nem mesmo se ter a mínima ideia do que o escrito significa. Para estes, o contato com a língua inglesa faz com que eles se sintam parte do grupo:

“for the great majority of the Brazilian population, the English language signs are just firstness manifestations, that is, more phonological and morpho-syntactic qualities.” (p. 327).

Para a classe média, o inglês é visto como extrema necessidade por parte dos pais, que esperam garantir um bom emprego no futuro para seus filhos. Nota-se isso claramente na grande quantidade de pré-

escolas que oferecem a língua inglesa desde os três anos de idade. Paiva (1999) salienta que o aprendizado de inglês é uma necessidade da classe média.

2. Inglês como língua franca: implicações educacionais

O quadro apresentado sugere a necessidade de políticas públicas para estancar as desigualdades. Entretanto, o ensino de inglês no Brasil tem sido visto como ineficiente por muitos pesquisadores da área, pois as medidas necessárias normalmente não são tomadas pelos responsáveis. Rajagopalan (2005) comenta a introdução do ensino de língua inglesa nas escolas e a tentativa de promover o estudo da língua inglesa em alguns estados brasileiros:

“But such enthusiastic proclamations of the advantages of introducing the teaching of foreign languages at the school level have seldom been followed up by concrete measures designed to raise standards, such as investment in teacher training and materials production.” (p 3)-

A este respeito Gimenez (2006) reitera que as iniciativas não têm resultado necessariamente em maior acesso ao inglês por parte dos pobres e necessitados. Ainda é questionável, diz a autora, se os governos tiveram sucesso em promover políticas para melhoria do ensino de inglês como língua franca.

Além disso, o ensino de inglês no Brasil ainda segue as características de uma língua estrangeira. Em uma era globalizada, que traz mudanças em todos os aspectos da vida moderna, também há a necessidade de mudança no modelo de ensino. Graddol (2006) afirma que o ensino de inglês como língua franca deve refletir as necessidades e aspirações de falantes não nativos que usam o inglês para se comunicar com outros falantes não nativos. O ensino de inglês como língua franca traz outros pressupostos para o ensino: a inteligibilidade é o fator crucial e o falante mantém sua identidade nacional em termos de pronúncia sem ser visto como falta de conhecimento. No entanto, o falante precisa também ter conhecimentos especiais requeridos para negociar e compreender outro falante não nativo. Ou seja, se há mais interação entre falantes não nativos, há a exigência de habilidades comunicativas diferente dos falantes nativos, o que traz à tona a necessidade de se mudar os objetivos, metodologia e o currículo do ensino de inglês.

Desse modo, nota-se que o ensino de inglês no Brasil falha do ponto de vista prático, pois não estão sendo criadas oportunidades para que as habilidades necessárias sejam trabalhadas em sala de aula. Mesmo aspirando habilidades comunicativas, pais e alunos e até mesmo professores da área ainda permanecem acreditando nos pressupostos de uma língua estrangeira. Há uma grande discrepância entre as reais necessidades do ensino de inglês entre o que realmente é privilegiado nas salas de aulas (GIMENEZ, PERIN, SOUZA, 2003).

Graddol (2006) afirma que aumentar a proficiência em inglês é a parte chave da estratégia educacional na maioria dos países. Se a função da educação é a mudança, o ensino de inglês tem papel crucial nesta luta. Para a nova era, juntamente com a informação tecnológica e a alfabetização em língua materna, o inglês deverá fazer parte da educação básica. Dessa forma, há a necessidade de novos parâmetros e uma nova política para o ensino de língua inglesa para que os falantes sejam capazes de aprender a língua,

usá-la a seu favor e assim evitar a exclusão social. Gimenez (2006) acredita que conceber o inglês como língua franca implica que este tem que fazer parte do currículo nacional, de modo a garantir equidade.

3. Inglês como língua franca: um possível currículo

Um possível currículo para o ensino de inglês como língua franca deveria levar em conta os objetivos de se aprender essa língua e privilegiar os aprendizes locais. Desse modo, deve ser iniciado por uma reflexão de quem são esses aprendizes e para quem aprendem essa língua. Autores como McKay (2002), Jenkins (2003) e Leffa (2002) apresentam importantes sugestões que podem contribuir para o estabelecimento deste possível currículo.

McKay (2002) sugere como principais objetivos do ensino de inglês salientar o encontro de culturas diferentes, o estabelecimento de diferenças pragmáticas e a competência textual. Para encorajar uma esfera de interculturalidade em sala de aula ela propõe: examinar como fatos são veiculados de modo diferente para os membros da cultura e estabelecer perguntas do porquê e como o tópico foi abordado e de que outra maneira ele poderia ter sido escrito. Ela acrescenta que a cultura deve ser vista como prática cultural e social e não por suas características geográficas, sugerindo que o conhecimento dos gêneros específicos da comunidade devem ser trabalhados e que a diversidade existente nas culturas devem ser enfatizadas e analisadas criticamente. Quanto ao aspecto da pronúncia, ela defende a utilização dos novos padrões, desde que estes sejam inteligíveis. Para ela, todas as variedades são iguais linguisticamente e devem ser aceitas, pois elas expressam a cultura e a identidade nacional dos habitantes locais. Sobre os métodos de ensino de inglês, ela defende a ideia de que os educadores devem desenvolver métodos apropriados à cultura local. Sua crítica aos materiais e métodos de inglês como língua estrangeira é de que eles fornecem generalizações do papel do professor e do aluno e refletem uma visão de cultura homogênea.

Jenkins (2003) sugere o uso de um corpo de língua franca salientando aspectos que seriam relevantes à inteligibilidade e que, conseqüentemente, precisariam ser enfatizados nas aulas de línguas, como por exemplo, segmentos particulares (sons de consoante, distinção entre vogais longas e curtas e simplificação consonantal), “nuclear stress” e o uso efetivo do aparelho circulatório. Para esta autora, os outros aspectos de pronúncia poderiam ser trabalhados apenas em nível de recepção e não de produção.

Leffa (2002) concorda que precisamos de um novo paradigma de ensino de línguas que seja capaz de dar conta dessa natureza multinacional da língua inglesa. Ele sugere o ensino de uma variedade local da língua multinacional, o ensino voltado para a produção e para objetivos específicos. Isso significa ensinar o inglês brasileiro como uma variedade legítima da língua inglesa e levar em consideração os objetivos dos aprendizes (comunicação, lazer, comercial, acadêmico). Quanto ao ensino de cultura, o autor também argumenta que este pode até estar associado à determinada cultura, mas que essa não seja a cultura americana ou a britânica, mas sim a do próprio falante.

A nosso ver, o ensino da cultura do aprendiz, a tolerância em relação às diferentes variedades, o ensino da pragmática, a consideração de objetivos específicos, o uso (e não a negação) da língua materna, a competência textual (onde as teorias de gêneros podem ser extremamente relevantes), a relação de poder que

se estabelecem nos diferentes discursos devem ser aspectos privilegiados no ensino de inglês como língua franca. Isso porque tais fatores podem contribuir para a construção da identidade do aprendiz, para a formação de alunos mais críticos e conscientes dos valores ideológicos que permeiam os discursos do outro e talvez possibilitar que mais pessoas se sintam seguras e aptas a utilizar a língua inglesa de acordo com seus objetivos específicos.

Considerações finais

É inegável que todos esses fatores clamam por alterações nos objetivos e metodologias de ensino e nas políticas governamentais, o que não pode mais ser deixado de lado pelos envolvidos no ensino. O papel do professor de inglês nesse contexto torna-se de extrema relevância: mais que nunca há a necessidade de reflexão e de redirecionamento sobre o quê, porquê, para quê e como ensinar, o que salienta a urgência de uma reflexão mais profunda que favoreça o estabelecimento de uma política linguística que favoreça a todos.

Os desafios para se estabelecer uma política nacional para o ensino de línguas no Brasil são muitos: requer persistência, responsabilidade e compromisso (e não é uma tarefa fácil quando vivenciamos uma política partidária que age de acordo com seus interesses de quatro em quatro anos). Ela pode tanto gerar um grande avanço ou um grande desastre para a população. Mesmo assim, é papel dos envolvidos no ensino delinear o que precisa ser repensado e apontar as necessidades e medidas a serem tomadas pelos governantes. E isso tem que começar por nós, professores de inglês: estar alerta e desenvolver uma consciência crítica sobre nosso papel pode ser um bom começo.

Referências Bibliográficas

- BRAINE, G. (ed) Teaching English to the world. Mahwah, Lawrence Erlbaum, 2005.p. 11-20, 2005.
- CANAGARAJAH, A.S. On EFL Teachers, awareness, and agency. *ELT Journal*, 1999, v. 53, n.3.
- GRADDOL, D. English Next. British Council, 2006.
- GIMENEZ, T. Inglês não é língua estrangeira. *Boletim NAPDATE*, nº 7, p.2-3, 1999.
- GIMENEZ, T. English in a new world language order. In: L.T.MACHADO; V.L.L CRISTÓVÃO; V.B. FURTOSO (eds) **Aspectos da linguagem: considerações teórico-práticas**. Londrina, 2006, p. 59-71.
- GIMENEZ, T. N.; PERIN, J. O. R.; SOUZA, M. M. Ensino de inglês em escolas públicas: o que pensam pais, alunos e profissionais da educação. *SIGNUM: EstudosLingüísticos*, n. 6, v.1, p. 167-182, 2003.
- JENKINS, J. World Englishes – a resource book for students. Roustledge, 2003.
- JENKINS, J. Current perspectives on teaching World English and English as a lingua franca. *TESOL Quarterly*, v.40, n.1, 2006.
- JORDÃO, C. M. Thinking Critically of Critical Thinking: critical pedagogies revisited. *Situation Analysis*. v. 4, p. 21-30. Nottingham, 2004.
- LEFFA, V.J. Teaching English as a multinational language. *The Linguistic Association of Korea Journal*, Seul, Coreia, v. 10, n.1, p.29-53, 2002.
- MCKAY, S.L. *Teaching English as International Language: Rethinking Goals and Approaches*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PAIVA, V.L.M.O. Social implications of English in Brazil. In: Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, 14,1997, Belo Horizonte: Departamento de Letras Anglo-Germânicas/UFMG, 1999, p.326-331.

PENNYCOOK, A.D. 'Critical moments in a TESOL praxicum' in *Critical Pedagogies and Language Learning*, Cambridge University Press, Cambridge, 2004, pp. 327-345.

RAJAGOPALAN, K. The English language in Brazil – A boon or a bane? In: BRAINE, G. (ed) **Teaching English to the world. History, curriculum and Practice**. Lawrence Erlbaum, 2005.